



SEMINÁRIO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS



O FUTURO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
NA PERSPECTIVA DO ENSINO, INOVAÇÃO,
CRIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.

15 A 20 DE ABRIL DE 2018
Bahia Othon Palace Hotel, Salvador-BA

Eixo III- Ensino

A AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS: UM ENFOQUE NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS IN LOCO DO INEP (2016-2017)

*THE EVALUATION OF GRADUATION COURSES OF FEDERAL UNIVERSITIES: A
APPROACH TO THE INEP EXTERNAL EVALUATIONS (2016-2017)*

MIRIAM MOEMA LOSS

ANA CAROLINA GELMINI FARIA

ANAMARIA TEIXEIRA ROSA

Resumo: A avaliação institucional, considerada de grande relevância para o ensino superior, se torna estratégica para a gestão pois possibilita a tomada de decisão, a partir de resultados apontados nas avaliações, na direção da qualidade acadêmica. Os Núcleos de Avaliação da Unidade atuam como órgãos compromissados com as questões de avaliação envolvendo a comunidade acadêmica num processo contínuo de avaliação interna. Na perspectiva da autoavaliação, adotou-se como ponto de partida, as proposições sinalizadas em avaliações externas desenvolvendo uma análise que contemple singularidades da unidade acadêmica a fim de contribuir com o planejamento da gestão de curto, médio e longo prazo. Dos pareceres externos, buscou-se analisar indícios de cada dimensão que evidenciassem a justificativa dos conceitos de cada item avaliado. Essa análise investigativa pretende conjugar elementos internos e externos para fins de planejamento estratégico. Estudos específicos foram concebidos a fim de avaliar os indícios que possibilitem a realização de uma autoavaliação da unidade acadêmica, principalmente no que se refere à dimensão de Infraestrutura, na qual a biblioteca está inserida.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Avaliação. Curso de graduação. Universidade federal.

Abstract: The institutional evaluation, considered of great relevance for higher education, becomes strategic for the management because it makes possible the decision making, from the results indicated in the evaluations, towards the academic quality. The Unit de Avaliação Centers as agencies committed to the evaluation issues involving the academic community as a whole in a continuous process of internal evaluation. From the perspective of self-evaluation, we adopted as a starting point the propositions signaled in external evaluations by developing an analysis that contemplates the singularities of the academic unit in order to contribute to the planning of the short, medium and long term management. From the external opinions, we sought to analyze evidence of each dimension that showed the justification of the concepts of each evaluated item. This investigative analysis intends to combine internal and external elements for strategic planning purposes. Specific studies were designed in order

to evaluate the evidence that allows a self-evaluation of the academic unit, especially regarding the Infrastructure dimension, in which the library is inserted.

Keywords: Academic library. Evaluation. Graduate courses. Federal university.

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Educação Superior (IES) são avaliadas periodicamente no desempenho de suas atividades, meio e fim, através de suas unidades acadêmicas. A avaliação institucional, considerada de grande relevância para o ensino superior, se torna estratégica para a gestão pois possibilita a tomada de decisão, a partir dos resultados apontados nas avaliações, na direção da qualidade acadêmica. A cultura da autoavaliação, muito incentivada nos setores acadêmicos, vem sendo adotada no sentido de antecipar as ações em prol da excelência, através do conhecimento e análise da realidade interna e externa da instituição. (EYNG, 2004)

Os Núcleos de Avaliação da Unidade, chamados NAU, atuam como órgãos compromissados com as questões de avaliação envolvendo a comunidade acadêmica como um todo – alunos, professores e técnicos administrativos num processo contínuo de avaliação interna. Contemplando peculiaridades e especificidades, tendo como referência as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o trabalho dos NAUs, na perspectiva da autoavaliação, pode adotar como ponto de partida, as proposições sinalizadas em avaliações externas desenvolvendo assim uma análise que contemple singularidades da unidade acadêmica a fim de contribuir com o planejamento da gestão de curto, médio e longo prazo.

A partir disso, o diagnóstico da unidade acadêmica como um todo, tendo como pressuposto os indicadores estabelecidos pelos pareceres no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Ministério da Educação (MEC), para os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Relações Públicas, no período de 2016 a 2017, será o ponto de partida desse estudo.

A partir do levantamento dos pareceres externos do MEC, buscou-se analisar indícios de cada dimensão que evidenciassem a justificativa dos conceitos de cada item avaliado. Nesse sentido, uma investigação qualitativa foi constituída tendo por diretriz as potencialidades e fragilidades para fatores que competem à unidade acadêmica (internos) e aos que não se tem controle imediato (externos). Essa análise investigativa pretende conjugar elementos internos e externos para fins de planejamento estratégico.

Esse trabalho está organizado em duas partes: a primeira constrói um panorama comum das avaliações externas do MEC a fim de identificar a média dos conceitos por dimensão e diagnosticar especificidades e recorrências a partir dos argumentos apresentados pelos avaliadores. Em um segundo momento, após o levantamento das instâncias competentes a que se referem os itens analisados, estudos específicos foram concebidos a fim de avaliar os indícios que possibilitem a realização de uma autoavaliação da unidade acadêmica, principalmente no que se refere à dimensão de Infraestrutura, na qual a biblioteca está inserida.

Espera-se que esse estudo possa contribuir no processo de autoconhecimento da unidade acadêmica através dos diagnósticos evidenciados a partir dos dados obtidos em avaliações externas do MEC, e se possa estimular o processo avaliativo a fim de fomentar o planejamento e o aprimoramento da cultura de avaliação institucional.

2 PANORAMA DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO A PARTIR DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS *IN LOCO* DO INEP (2016-2017)

Entre os anos de 2016 e 2017 a unidade acadêmica recebeu quatro avaliações externas *in loco* do INEP: Museologia (março de 2016), Relações Públicas (março de 2016), Biblioteconomia (outubro de 2016) e Arquivologia (setembro de 2017). Os avaliadores externos utilizam como referência o **Instrumento de Avaliação Cursos Graduação presencial e a distância** (BRASIL, 2016a), documento que contempla a Dimensão 1 (**Organização Didático-pedagógica**), Dimensão 2 (**Corpo Docente e Tutorial**) e Dimensão 3 (**Infraestrutura**), além do campo **Requisitos Legais e Normativos**.

O **Instrumento de Avaliação Cursos Graduação presencial e a distância** é um documento que subsidia os atos autorizativos dos cursos (BRASIL, 2016a). Os avaliadores obtêm acesso a dados que são inseridos exclusivamente em meio eletrônico, no sistema *e-MEC*, preenchidos pelos coordenadores de curso. As informações incorporadas ao sistema, ao serem verificadas *in loco*, podem obter o conceito de 1 a 5, em ordem de excelência, conforme os critérios de análise dos indicadores demonstrados no Quadro 1:

Quadro 1 - Critérios de análise dos indicadores da dimensão

Conceito	Descrição
1	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito NÃO ATENDE .
2	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito INSUFICIENTE .

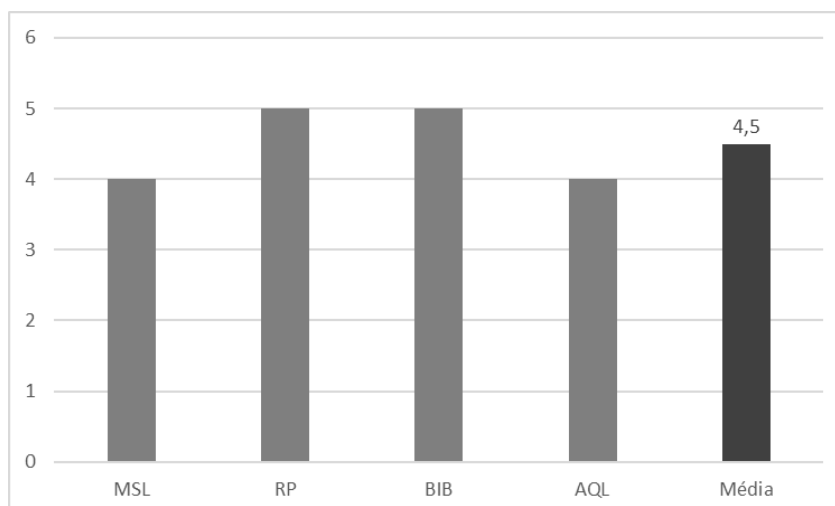
3	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito SUFICIENTE .
4	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito MUITO BOM/ MUITO BEM .
5	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito EXCELENTE .

Fonte: BRASIL, 2016a, p.1

Cada indicador apresenta um objeto de análise e o conceito do curso é calculado com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Os **Requisitos Legais e Normativos** são itens de natureza regulatória e, por esse motivo, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Nesses campos os avaliadores registram se há ou não o cumprimento do dispositivo legal e normativo indicado. Em caso negativo o Ministério da Educação, ao ter conhecimento da informação, tomará decisões cabíveis.

Dos cursos de graduação avaliados *in loco*, 50% foram considerados **muito bom** e 50% **excelente** (Gráfico 1). A média entre as avaliações é de **4,5**, de um máximo de 5, resultado que evidencia a qualidade do trabalho realizado por todas as instâncias da unidade acadêmica.

Gráfico 1 - Conceito final das avaliações externas *in loco*

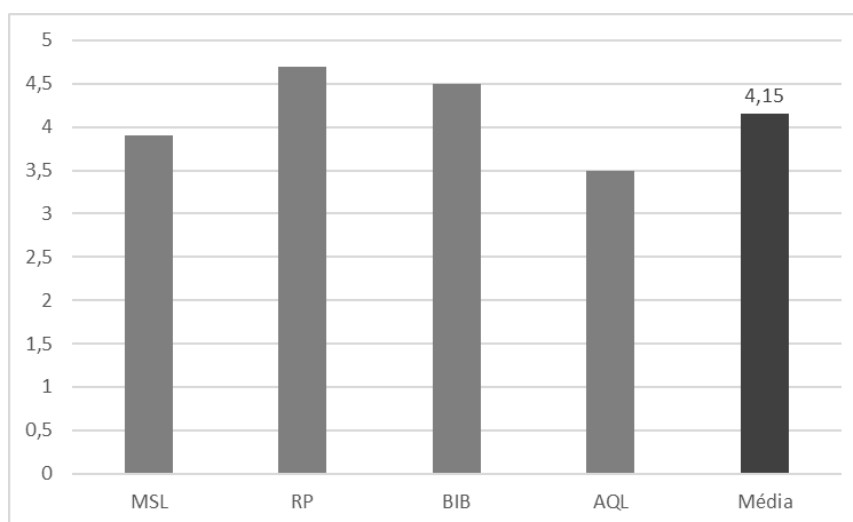


Fonte: Das autoras, 2017.

A Dimensão 1, intitulada **Organização Didático-pedagógica**, é composta por 27 campos, deles doze não se aplicam aos cursos de graduação da unidade acadêmica (Quadro 2). Em nenhum dos campos referentes a essa dimensão todos os cursos avaliados receberam nota 5, porém, não existiu nenhum campo em que pelo menos um dos cursos avaliados não tenha obtido o conceito máximo. Esse dado evidencia a possibilidade dos cursos trocarem experiências de como atenderam aos critérios exigidos de cada campo.

A média dos conceitos da Dimensão 1 - **Organização Didático-pedagógica** é de **4,5** de um máximo de 5 (Gráfico 2). A partir do resumo final das avaliações dessa dimensão é possível identificar potencialidades e fragilidades identificadas pelos avaliadores - e que elas, inclusive, referem-se ao mesmo tema em cursos distintos. Ao verificar detalhadamente as justificativas dos avaliadores, por item, percebe-se que a não localização de algum dado apresentado *in loco* no PPC é uma das observações mais indicadas (ressalta-se, ainda, a evidência de informações a serem inseridas no sistema *e-MEC* e não constantes no PPC).

Gráfico 2 - Conceito final da Dimensão 1 - Organização Didático-pedagógica



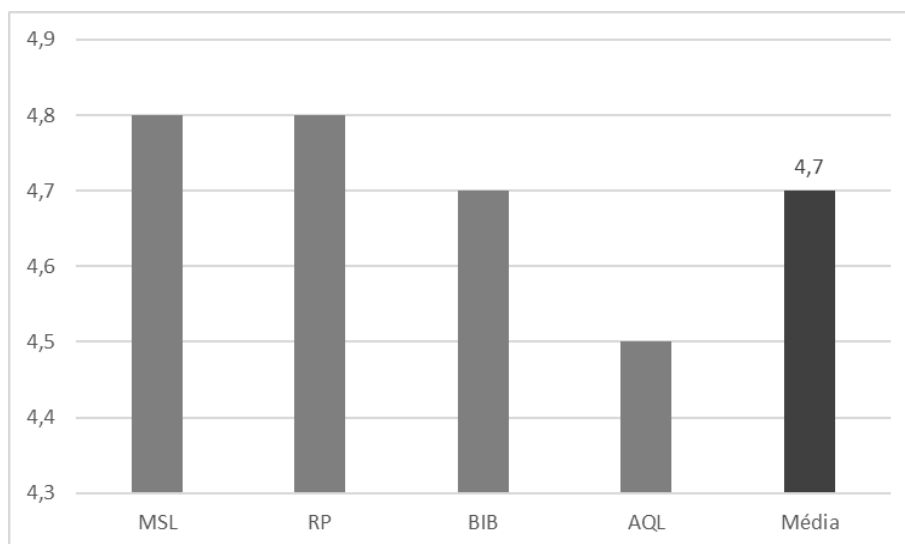
Fonte: Das autoras, 2017.

A Dimensão 2, denominada **Corpo Docente e Tutorial**, é composta por 20 campos, deles nove não se aplicam aos cursos de graduação vinculados à unidade acadêmica. Em seis itens da Dimensão 2, todos os cursos avaliados receberam nota 5, dado que evidencia que o corpo docente é considerado uma das fortes potencialidades das referidas formações. Os itens que recebem conceito máximo em todos as graduações avaliadas foram: **2.3 Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)**; **2.4 Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso**; **2.6 Titulação do corpo docente do curso**; **2.7 Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores**; **2.8 Regime de trabalho do corpo docente do curso**; e **2.9 Experiência profissional em sua área de atuação docente**.

A média dos conceitos da Dimensão 2 - **Corpo docente e tutorial** é de **4,7** de um máximo de 5 (Gráfico 3). Sobre essa dimensão, ao analisar os conceitos obtidos por todos os cursos avaliados, dois dados se destacam. O primeiro, que se localiza na Dimensão 2, é o único item que nenhum dos cursos avaliados recebeu conceito 5: **2.1 Atuação do Núcleo**

Docente Estruturante. Na avaliação geral de uma das graduações foi salientado: “Registra-se que o NDE implantado teve sua norma de funcionamento estabelecido em 2012, pela Instituição e **atende de maneira suficiente** [...]” (BRASIL, 2016b, fl.13. Grifo nosso).

Gráfico 3 - Conceito final da Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial



Fonte: Das autoras, 2017.

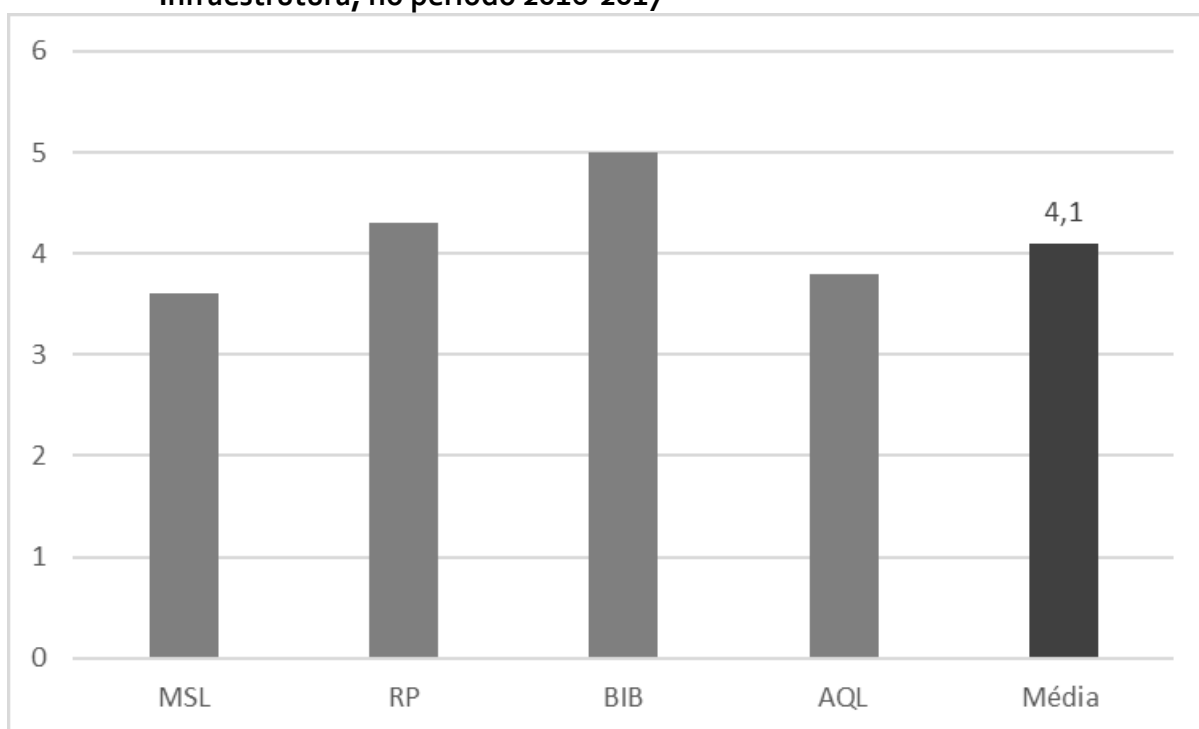
O segundo dado que se destaca é o preenchimento de conceito por parte dos avaliadores em dois tópicos da Dimensão 2, em itens que não se aplicam nos cursos de graduação da unidade acadêmica por serem cursos presenciais.

A identificação desse equívoco destaca a importância de uma revisão do documento final disponibilizado pelo INEP em conjunto com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação presencial e a distância (BRASIL, 2016a), documento que permite observar de forma mais evidenciada os itens que não se aplicam nos cursos de graduação da unidade acadêmica.

A Dimensão 3, denominada Infraestrutura, é composta por 23 campos, dos quais doze não se aplicam aos cursos de graduação vinculados à unidade acadêmica. Em somente um item desta dimensão todos os cursos avaliados receberam nota 5, trata-se do item Periódicos especializados. Essa nota se deve em função da disponibilização, para a comunidade acadêmica, do acesso ao conteúdo do Portal de Periódicos da Capes.

Nos demais itens os conceitos ficaram entre 4 e 3,6, mantendo uma média de 4,1, na Dimensão 3, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Média das notas dos cursos de graduação em Museologia, Relações Públicas, Biblioteconomia e Arquivologia, na Dimensão 3 – Infraestrutura, no período 2016-2017



Fonte: Das autoras, 2017.

O preenchimento errôneo, por parte de uma dupla de avaliadores, do item, **3.3 Sala de Professores**, foi identificado pois não se aplica para instituições de ensino superior que possuem gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso.

A menor nota (conceito final 3,6) aponta problemas de acessibilidade, necessidade de equipamentos em maior quantidade e laboratórios especializados mais amplos para atender o número de discentes, com a qualidade desejada.

A maior nota (conceito final 5,0) exalta a recorrência de recursos permanentes como aparelhos de ar-condicionado, *datashow*, computadores com conexão à Internet, a existência de laboratórios especializados e os serviços da biblioteca.

Analisando os resultados das avaliações *in loco*, no período de 2016-2017, pode-se ressaltar alguns aspectos, em relação à **Dimensão 3 - Infraestrutura**

As fontes utilizadas para comprovar essa dimensão são: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Formulário Eletrônico preenchido pela IES no *e-MEC* e a documentação comprobatória.

Os ambientes analisados nessa dimensão são os gabinetes de trabalho para professores, espaço de trabalho para a Coordenação dos Cursos e para serviços acadêmicos, as salas de

professores, as salas de aula, o acesso aos alunos a equipamentos de informática, laboratórios didáticos especializados.

Em outra parte, estão mencionadas a avaliação da bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados, incluídos nessa dimensão de Infraestrutura, que se refere na maior parte aos espaços de uso comum da comunidade acadêmica. A biblioteca aparece nessa dimensão totalmente desvinculada do projeto pedagógico dos cursos, apesar de solicitar informações sobre a bibliografia das disciplinas. Nessa perspectiva a bibliografia básica, complementar e os periódicos estariam claramente deslocados uma vez que se constituem em insumos para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, e não propriamente à infraestrutura (ambiente disponibilizado para estudo e pesquisa).

Os conceitos atribuídos a essa dimensão também são apresentados em uma escala de 1 a 5, sendo 1, o conceito mais baixo e 5, o mais alto, plenamente satisfatório.

Os avaliadores que conferiram a menor nota para a Dimensão 3 (conceito final 3,6) apontaram problemas de acessibilidade, necessidade de equipamentos em maior quantidade e laboratórios especializados mais amplos para atender o ingresso de discentes (30 vagas/ano) com conforto e qualidade de ensino: “A infraestrutura obteve desempenho muito bom [...] ainda que se tenha verificado uma certa limitação nos aspectos da acessibilidade. [...] os laboratórios ainda precisam ser consolidados com mais equipamentos e espaços físicos mais amplos” (BRASIL, 2016c, fl.12). Em contrapartida, os avaliadores que conferiram a maior nota para a Dimensão 3 (conceito final 5,0) exaltaram a recorrência de recursos permanentes (ar-condicionado, *datashow*, computadores com conexão à Internet), a existência de laboratórios especializados, os serviços da biblioteca e o Plano de Ação da Universidade para prevenção e a proteção contra incêndios:

Os gabinetes, espaço da coordenação e salas de aula estão equipadas atendem de modo excelente, os requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade; possui ar condicionado, data show com conexão à Internet. [...] conta com quatro Laboratórios específicos para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. **A biblioteca adota desde 2010, um instrumento denominado Bibliograd, para gestão do acervo de livros, relativo aos planos de ensino da graduação e utilizam a plataforma ALEPH.** [...]. (BRASIL, 2016b, fl.13. Grifo nosso)

Merece destaque os seguintes pontos levantados pelo grupo de avaliadores em relação à infraestrutura:

Bibliografia básica

3.6	
-----	--

	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>Conceito 5: Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
--	--

No curso de Arquivologia o conceito 5 foi atribuído em função de “A bibliografia básica do Curso possui em média 1 exemplar para menos de 5 vagas anuais discentes.” (BRASIL, 2017, fl. 5)

No curso de Biblioteconomia a justificativa para conceito 5, destaca que:

O Acervo da bibliografia básica, tem mais de três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. **O Sistema de Biblioteca [...] desenvolveu e adota desde 2010, um instrumento denominado Bibliograd, para gestão do acervo de a livros, relativo aos planos de ensino da graduação, na aquisição de acervo em consonância com as demandas de avaliações de curso de graduação e MEC.** Utilizam a plataforma ALEPH denominada nas bibliotecas da Instituição de SABi. (BRASIL, 2016b, fl. 9. Grifo nosso)

Na graduação em Museologia, o conceito 3 foi atribuído porque “A Comissão Avaliadora verificou que o acervo atende de forma suficiente as demandas do curso. Os alunos ouvidos não relataram nenhuma dificuldade de acesso aos livros quando necessitaram.” (BRASIL, 2016c, fl. 8)

Já o curso de Relações Públicas obteve conceito 4, considerando que:

Muitas obras do acervo são compartilhadas entre os 3 cursos da área de Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas), tornando o número de exemplares, em alguns casos, insuficiente para atender toda a demanda, se for utilizada simultaneamente. Por outro lado, os alunos têm acesso pelo sistema a obras das outras bibliotecas setoriais da IES e podem reserva-la e emprestá-la, ampliando desta forma o acervo a que tem acesso. Segundo reunião com alunos, e visita realizado por esta comissão de avaliação, a Biblioteca [...] é muito pequena não possui salas para estudos em grupo bem como salas para reprodução de materiais audiovisuais. (BRASIL, 2016d, fl. 10)

Bibliografia complementar

3.7	<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Conceito 5: Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.</p>
-----	--

No curso de Arquivologia a justificativa para conceito 5 foi apresentada porque “O acervo da bibliografia complementar do Curso possui, pelo menos, cinco títulos por unidade

curricular, com dois exemplares, ou mais, de cada título, alguns com acesso virtual.” (BRASIL, 2017, fl. 5).

No curso de Biblioteconomia o conceito 5 foi justificado em função de “O acervo do curso em relação a bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.” (BRASIL, 2016b, fl. 9)

Já no curso de Museologia, o conceito 1 foi atribuído à bibliografia complementar com a seguinte justificativa: “Não foi disponibilizado para a comissão de avaliação informações e dados que nos permitissem aferir a bibliografia complementar.” (BRASIL, 2016c, fl. 8)

Na graduação em Relações Públicas, o conceito 5 foi dado porque “As indicações de bibliografia complementar das disciplinas aproveitam de forma muito satisfatória o rico acervo da biblioteca em títulos da área de Comunicação Social.” (BRASIL, 2016d, fl. 10)

Periódicos especializados

3.8	PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS Conceito 5: Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
-----	--

No curso de Arquivologia a justificativa para conceito 5: “A biblioteca [...] oferece computadores ligados à rede internet e rede *wi-fi*. Os periódicos da área de Ciência da Informação no país e vários no exterior são de livre e gratuito acesso.” (BRASIL, 2017, fl. 5)

No curso de Biblioteconomia o conceito 5 foi justificado porque “Disponibiliza títulos de periódicos especializados da área, indexados e correntes, e sob a forma virtual, por meio da rede Internet maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso.” (BRASIL, 2016b, fl. 9).

No curso de Museologia, que obteve o conceito 5, a justificativa foi de que “A IES tem acesso ao portal de periódicos da CAPES e o curso de bacharelado em Museologia ainda recebe as principais publicações na área em papel.” (BRASIL, 2016c, fl. 8).

Na graduação em Relações Públicas, a justificativa para conceito 5, destaca que “Além dos periódicos impressos, que puderam ser verificados in loco por esta comissão, a biblioteca ainda conta com a assinatura de diversos periódicos virtuais.” (BRASIL, 2016d, fl. 10-11).

Nessa dimensão o curso de Museologia obteve conceito 5 nos itens que se referem a salas de aula, acesso dos alunos a equipamentos de informática e periódicos especializados. O curso de Relações Públicas obteve conceito 5 no item salas de professores, bibliografia

complementar, periódicos especializados, qualidade e serviços dos laboratórios didáticos especializados. O curso de Biblioteconomia obteve conceito 5 para toda a dimensão de Infraestrutura. Para o curso de Arquivologia o conceito 5 foi destinado a salas de professores, bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados.

O conceito 4 foi atribuído aos itens que se referem a gabinetes de trabalho para professores em tempo integral, espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos e sala de professores no curso de Museologia. No curso de Relações Públicas esse conceito foi atribuído aos gabinetes de trabalho para professores em tempo integral, espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos, sala de aula, bibliografia básica e a quantidade de laboratórios didáticos especializados.

No curso de Museologia, o conceito 3 foi atribuído aos itens bibliografia básica, à quantidade, à qualidade e aos serviços dos laboratórios didáticos especializados.

No curso de Relações Públicas o conceito 3 foi atribuído somente a um item: Acesso dos alunos a equipamentos de informática. No curso de Arquivologia somente no item Laboratórios didáticos especializados: serviços.

O conceito 2, foi atribuído, somente ao curso de Arquivologia, nos itens gabinetes de trabalho para professores em tempo integral e espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos.

Finalmente o conceito 1, foi atribuído somente a um quesito, no curso de Museologia, no que se refere à bibliografia complementar, item que foi questionado pela Coordenação do Curso, em forma de diligência ao MEC, por ter sido apresentado à Comissão de Avaliação, o relatório de itens da Bibliografia Complementar e que, por algum motivo, não foi analisado.

Os quatro cursos avaliados na dimensão de Infraestrutura, ficaram com nota média em torno de 4,35.

A partir desse panorama pode-se fazer recomendações para as instâncias competentes na área de Infraestrutura, a fim de que se consiga minimizar ou dirimir as causas dos conceitos atribuídos, que não foram considerados satisfatórios pela Comissão de Avaliação do MEC.

Além das três dimensões apontadas, os avaliadores conferem, nas visitas *in loco*, informações referentes ao conjunto **Requisitos Legais e Normativos**. Estas totalizam 17 categorias, das quais 12 devem ser contempladas pelas graduações vinculadas à Unidade

Acadêmica (Quadro 2). De acordo com o **Instrumento de Avaliação Cursos Graduação presencial e a distância** (BRASIL, 2016a) os dispositivos legais são essencialmente regulatórios, cabendo às universidades cumprirem a norma indicada. Por serem exigências não são conceituadas, e sim conferidas. Entre as 17 categorias contempladas pelas graduações da Unidade Acadêmica, duas foram indicadas com **NÃO** por uma dupla de avaliadores. Nas demais, todas as categorias receberam 100% de indicação.

A primeira categoria que recebeu uma sinalização **NÃO** foi o item **5 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Os avaliadores indicaram a seguinte justificativa: “Apesar das diversas ações de inclusão de portadores de deficiências, não foi apresentada **nenhuma iniciativa específica** para a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (BRASIL, 2016c, fl.10. Grifo nosso). Nas outras três avaliações foi sinalizado o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Universidade, como o responsável por atender a essa normativa, o que reforça a importância de manter relações diretas com este setor a fim de consolidar estratégias voltadas às pessoas com deficiência na comunidade universitária.

A segunda categoria que recebeu uma sinalização **NÃO** foi o item **12 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**. Foi justificado pela dupla de avaliadores:

A Comissão Avaliadora destaca que o prédio onde funciona o curso [...] carece de uma boa estrutura para atender os deficientes ou pessoas com capacidade reduzida. Vejamos: **os elevadores não dispõem de sistema sonoro, não há braille; não há piso tátil na parte interna do prédio; apenas um banheiro (fechado) para cadeirante no andar térreo, sendo a chave localizada na portaria; não há cadeira para obeso no prédio e em alguns auditórios não há cadeira para obeso e espaço destinado ao cadeirante**. Já no prédio onde estão localizados os laboratórios especializados, **a falta de piso tátil permanece**. Nesta edificação há banheiros para cadeirante nos diversos andares, **mas não dispõe de elevador, apenas rampa de acesso. Nos pareceu um aclave elevado**, mas a Comissão Avaliadora não dispõe de equipamento nem conhecimentos para afirmar se atende a ABNT NBR 9050. Por fim, **na biblioteca setorial não possui equipamento para deficiente visual**. (BRASIL, 2016c, fl.11. Grifo nosso)

Salienta-se que, em casos em que foi sinalizado **SIM** para o item **12**, a comissão avaliadora ressaltou problemas de acessibilidade:

[...] Conforme **relatos de dois alunos cadeirantes**, em reunião com esta comissão, o prédio Anexo 1 do Campus [...], **possui rampas muito inadequadas para a mobilização nos espaços de aula e laboratórios. Também questionaram os espaços da Biblioteca [...], dizendo que não se consegue ajustar suas cadeiras de rodas às mesas de estudos, por serem muito baixas**. (BRASIL, 2016d, fl.13. Grifo nosso) [...]

Verificou-se in loco que a UFRGS oferece **algumas** condições para pessoas com dificuldades de locomoção, como rampas, elevadores, estacionamento próprio. O mesmo para as pessoas com baixa ou falta de visão: computadores na biblioteca com

programas especiais e piso tátil na entrada do prédio anexo. (BRASIL, 2017, fl.7. Grifo nosso)

Pode-se interpretar que, com a existência de indicações **SIM** para a categoria **12 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, os avaliadores ponderam a atribuição da escolha com indicações de exemplos que expressam o atendimento parcial do requisito legal, como em uma das avaliações na qual é identificada na justificativa a ressalva de que projetos foram encaminhados para as adaptações necessárias (BRASIL, 2016d).

3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA AVALIAÇÃO DO MEC

A avaliação da biblioteca se constitui num importante item na visita *in loco* dos cursos de graduação, já que é ela que vai oferecer à comunidade acadêmica o acesso aos recursos e serviços de informação necessários para o bom andamento dos cursos.

Para Nirlei Maria Oliveira a biblioteca universitária deve servir de apoio aos conteúdos ministrados em cada curso oferecido pela instituição na qual está inserida, os quais devem estar devidamente descritos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Ela deve também oferecer suporte à investigação técnico-científica, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão. (OLIVEIRA, 2010).

A análise dos planos de ensino, com base na bibliografia recomendada pelo professor, é o instrumento utilizado pelo MEC para aferir a qualidade do acervo, juntamente com a informação sobre a quantidade de exemplares disponíveis para os alunos.

Para isso foi desenvolvido, em nossa universidade, uma metodologia específica de avaliação de livros mencionados nos planos de ensino de cada disciplina. Essa metodologia denominada BiblioGrad, consiste na identificação, no catálogo *online*, dos registros bibliográficos de livros, citados nos planos de ensino das disciplinas de graduação e de verificação da disponibilidade comercial dos mesmos. A identificação é feita através do preenchimento de um campo específico do formato bibliográfico e tem como finalidade possibilitar a integração do catálogo *online* com o Sistema de Graduação para prover os meios para avaliação dos acervos de graduação do Sistema de Bibliotecas.

A metodologia BiblioGrad tem como objetivos:

- a) verificar disponibilidade cada um títulos no acervo;
- b) identificar demanda potencial por títulos específicos;
- c) diagnosticar situação acervo de livros graduação;

- d) subsidiar a tomada de decisão distribuição do recurso entre bibliotecas de forma proporcional às carências de acervo identificadas;
- e) oferecer às bibliotecas um instrumento seleção livros a serem adquiridos, visando acervo de graduação;
- f) atender de forma satisfatória avaliação do MEC. (STREHL et al., 2010, p.106)

A disponibilidade comercial dos livros é verificada através de pesquisa exaustiva nos catálogos das editoras e informada em outro campo específico do formato bibliográfico. À cada biblioteca cabe atualizar as informações referentes à bibliografia das disciplinas ministradas pelos departamentos de sua(s) unidade(s), independente do curso atendido pelas disciplinas. É uma atividade contínua, os dados são atualizados de modo a acompanhar as alterações na bibliografia citada nos planos de ensino semestrais das disciplinas. Ao final do processo, é gerada uma planilha que contempla todas as informações inseridas, cruzadas com os dados de cada disciplina (número de vagas ocupadas e número de turmas oferecidas) conforme a classificação de cada obra no plano de ensino. A partir dela, cada biblioteca verifica sua carência em termos de exemplares para compor a lista de aquisição de itens. Essa mesma planilha será utilizada também para fins de avaliação do acervo da graduação, a ser apresentado para a comissão de avaliação do curso de graduação do MEC. Em geral, essa planilha contempla satisfatoriamente a exigência do MEC em relação à quantidade de obras e exemplares de cada item citado na bibliografia dos planos de ensino, conforme a sua classificação como Bibliografia Básica ou Complementar. Desta forma, as bibliotecas conseguem responder às necessidades dos cursos e ao mesmo tempo contemplar as exigências do MEC em relação à quantidade de exemplares das obras citadas nos planos de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de propor uma análise qualitativa dos pareceres encaminhados pelo MEC no que se refere às avaliações *in loco* das graduações da unidade acadêmica, cada categoria que se aplica nos cursos será investigada e, seus dados e análises encaminhados para as instâncias que lidam diretamente com sua execução.

Em termos de fragilidades, no que se refere à dimensão de Infraestrutura, pode-se dizer que os itens que requerem providências no sentido de melhorias nas instalações são os gabinetes de professores, além da emergente reforma e ampliação do espaço da biblioteca, abrigando cabines de estudo e possibilitando oferecer condições de acessibilidade adequadas ao usuários com deficiência.

Acredita-se que os relatórios de avaliação possam ser instrumentos qualificados para reiterar a necessidade de priorizar demandas externas à unidade acadêmica, uma vez que há recorrências sinalizadas no parecer *in loco*. No que compete à unidade acadêmica, reforça-se a necessidade de uma análise global do tema acessibilidade buscando parcerias com as instâncias que mantenham forte articulação na Universidade para o fomento e consolidação de uma política de inclusão e acessibilidade.

No que se refere à biblioteca, além da ampliação de espaço recomendada em algumas avaliações, ajustes nos processos de avaliação do acervo de graduação, se fazem necessários no sentido de afinar a metodologia de acordo com as mudanças que vem ocorrendo no Instrumento de Avaliação do MEC, para oferecer relatórios consolidados, que possam refletir a realidade dos acervos das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação Cursos Graduação presencial e a distância**. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Relatório de Avaliação e-MEC: Arquivologia**. Brasília, 2017. 7 fls.

_____. **Relatório de Avaliação e-MEC: Biblioteconomia**. Brasília, 2016b. 13 fls.

_____. **Relatório de Avaliação e-MEC: Museologia**. Brasília, 2016c. 12 fls.

_____. **Relatório de Avaliação e-MEC: Relações Públicas**. Brasília, 2016d. 14 fls.

EYNG, Ana Maria. A avaliação como estratégia na construção da identidade institucional. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 31-50, set. 2004.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, 2002.

STREHL, Leticia et al. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 105-115, set./dez. 2010.